



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181190 - AC (2021/0221593-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **CONCRENORTE INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI - EM - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **THALES ROCHA BORDIGNON - AC002160**
 VANESSA FANTIN MAZOCA DE ALMEIDA PRADO - SP214894
 MARCELO FEITOSA ZAMORA - AC004711
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE RIO BRANCO - AC**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DO ACRE - SJ/AC**
INTERES. : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado por CONCRENORTE INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI - EM, em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE RIO BRANCO (AC) e o JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DO ACRE (SJ-AC).

A recuperação judicial da suscitante foi deferida, em 8/2/2018, pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Rio Branco e está em fase de cumprimento do plano de recuperação devidamente aprovado pela assembleia geral de credores em 13/8/2019.

Afirma a suscitante que, a despeito do deferimento da recuperação judicial, "o juízo da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Estado do Acre, nos autos da Ação de Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional [...] rejeitou a exceção de pré-executividade apresentada pela empresa [...] e determinou a intimação da exequente para promover o prosseguimento da execução" (fl. 4).

Defende a competência do Juízo da recuperação judicial para deliberar sobre o patrimônio da empresa recuperanda.

Postula, liminarmente, o "sobrestamento do processo 1000500-07.2020.4.01.3000, que corre na 3ª Vara Federal Cível e Criminal da Seção Judiciária do Estado do Acre, ordenando-se o cancelamento da penhora e de eventual alienação judicial dos bens/valores da empresa suscitantes" (fl. 27).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Inicialmente, observa-se que as execuções fiscais não estão sujeitas aos efeitos da recuperação judicial da devedora e, notadamente, às suspensões e restrições determinadas pelo art. 6º, incisos I, II e III, da Lei n. 11.101/2005, com redação dada pela Lei n. 14.112/2020.

Entretanto, conforme a nova sistemática legal, cabe ao Juízo da recuperação judicial determinar a substituição dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial até o encerramento da recuperação judicial, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, conforme o art. 6º, § 7º-B, da Lei n. 11.101/2005, com redação dada pela Lei n. 14.112/2020.

Evidentemente, cabe ao Juízo da recuperação judicial definir a qualidade do bem de capital constricto na execução fiscal como essencial, bem como cabe àquele Juízo determinar a sua substituição por outro ativo da devedora em recuperação judicial, em atividade cooperativa com o Juízo da execução fiscal.

Assim, até que seja definida a qualidade do bem constricto e implementada a referida cooperação jurisdicional para sua substituição, deve a execução fiscal permanecer suspensa.

Verifica-se, portanto, a presença do *fumus boni iuris* relativo ao pedido de suspensão da execução fiscal.

O *periculum in mora*, por sua vez, está demonstrado por meio da decisão do Juízo suscitado, que determinou o prosseguimento da execução movida contra a empresa suscitante (fls. 33-35).

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para suspender, até ulterior deliberação do relator, os atos executórios promovidos pelo Juízo Federal da 3ª Vara Cível e Criminal do Acre (SJ/AC), na Execução Fiscal n. 1000500-07.2020.4.01.3000 ajuizada pela Fazenda Nacional.

Designo, por conseguinte, o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Rio Branco (AC) para decidir, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Comunique-se com urgência aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias, nos termos do art. 197 do RISTJ.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente